

MUSICOTERAPIA, EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: UMA REVISÃO DE ESCOPO

MUSIC THERAPY, SPECIAL AND INCLUSIVE EDUCATION: A SCOPING REVIEW

Jessica Cristina Oracz¹ 
Mariana Arruda Lacerda² 
Ana Maria de Barros³ 

RESUMO

Foco temático: Musicoterapia, educação especial e inclusiva. Objetivo: Caracterizar a produção científica sobre Musicoterapia, educação especial e inclusiva. Método: Revisão de escopo, com busca em bases de dados a partir de 2010. Com descritores da plataforma DECS em inglês e português. Resultados: A busca resultou na seleção de 14 artigos com temas relacionados ao Transtorno do Espectro Autista e diferentes deficiências, em estudos qualitativos (13 artigos, 93%) e quantitativos (1 artigo, 7%). Conclusão: Identificou-se que 36% (5) são específicos de TEA e 64% (9) abordam diferentes deficiências. A conclusão das pesquisas sugere que o diálogo interdisciplinar entre Musicoterapia, educação especial e inclusiva pode enriquecer ambos os campos.

Palavras-chave: Musicoterapia. Educação Inclusiva. Pessoa Com Deficiência.

ABSTRACT

Thematic Focus: Music Therapy, Special and Inclusive Education. Objective: To characterize scientific literature on Music Therapy, Special and Inclusive Education. Method: Scoping review, searching databases from 2010 onwards. Using DECS descriptors in English and Portuguese. Results: The search resulted in the selection of 14 articles on topics related to Autism Spectrum Disorder and various disabilities. 93% of the articles were qualitative studies and 7% were quantitative studies. Conclusion: 36% were specific to ASD and 64% addressed various disabilities. The research findings suggest that the interdisciplinary dialogue between Music Therapy and Special and Inclusive Education can enrich both fields.

Keywords: Music Therapy. Special Education. Disabled Persons.

Editores do dossiê: Profa. Dra. Ana Maria de Barros (UNESPAR), Profa. Dra. Elisa Tomoe Moriya Schlünzen (UNESP) e Prof. Dr. Edison Trombeta de Oliveira (CPS - Centro Paula Souza)

¹ Graduada em Musicoterapia pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Musicoterapeuta, Curitiba, PR, Brasil. E-mail: jessicacristina.oracz@gmail.com

² Doutora e mestre em Educação. Graduada em Musicoterapia. Professora Doutora de Musicoterapia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Campus de Curitiba II – FAP, e docente do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional (PROFEI/UNESPAR), Curitiba, PR, Brasil. E-mail: mariana.arruda@unespar.edu.br

³ Doutora em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Professora Adjunta do curso de Bacharelado em Musicoterapia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Campus de Curitiba II, Curitiba, PR, Brasil. E-mail: ana.barros@unespar.edu.br

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa apresentar estudos relacionados à Musicoterapia, educação especial e inclusiva. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2022, cerca de 18,6 milhões de brasileiros a partir de dois anos de idade têm alguma deficiência. Isso representa 8,9% da população que necessita de alguma assistência específica. Na educação, a taxa de analfabetismo entre pessoas com deficiência é de 19,5%, em comparação com 4,1% entre aqueles sem deficiência. Com esses dados, é notável que pesquisas sobre pessoas com deficiências são necessárias, principalmente na Educação especial e Inclusiva (Brasil, 2023).

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015).

Ainda, para esta pesquisa, foi considerada a Lei n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do Art. 98 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Conforme o § 2º do Art. 1º da referida lei, “a pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais” (Brasil, 2012). Dessa forma, serão incluídos estudos sobre transtorno do espectro autista com base na legislação vigente.

Com base no reconhecimento da cidadania e nos direitos humanos, com a igualdade e a diferença como valores inseparáveis ao acesso à educação, as pessoas com deficiência têm seus direitos garantidos à aproximação do conhecimento e à educação por meio de leis e políticas do Estado brasileiro, destacando-se a Constituição Federal de 1988 e as Leis de Diretrizes e Bases (LDB) da educação, implementadas pelo Ministério da Educação (Gimenez et al., 2011). As práticas de inclusão, em termos gerais, têm como objetivo promover o desenvolvimento, a autonomia e a qualidade de vida das pessoas com dificuldades motoras, sensoriais e cognitivas. Diante disso, é provável que

os(as) professores(as) busquem alternativas educacionais e terapêuticas que os(as) auxiliem no desenvolvimento de práticas que favoreçam a aquisição de conhecimentos, bem como o desenvolvimento social e emocional dos(as) estudantes com deficiência, como é esperado na prática musicoterapêutica (Cunha & Dias, 2010).

A definição de música pode ser abordada sob diversas perspectivas. Uma delas a considera uma forma de expressão que emerge da combinação de ações e movimentos, guiada por leis específicas do código musical, como ritmo, melodia, harmonia, timbre, altura, intensidade e andamento. Esses elementos estruturam uma linguagem complexa e própria, essencial para a prática musicoterapêutica (Zaguini, 2021, p. 13). Segundo Berio et al. (1985, p. 19), música pode ser definida como "tudo que alguém escuta com a intenção de ouvir música". Ademais, a música pode ser vista como um fenômeno universal, presente em todas as culturas, sendo ouvida, executada, criada e desfrutada por todos. A música é uma experiência comum a todos (Pelayo & Sanchez, 2013, p. 4). Como Bruscia (2016) salienta, enquanto algumas definições de Musicoterapia deixam a questão da música aberta à interpretação, outras detalham sua aplicação, mencionando atividades musicais, experiências musicais e elementos como som, vibração e formas de energia como parte do processo musicoterapêutico.

É o uso profissional da música e de seus elementos como intervenção em ambientes médicos, educacionais e cotidianos com indivíduos, grupos, famílias ou comunidades que buscam otimizar sua qualidade de vida e melhorar suas capacidades físicas, sociais, comunicativas, emocionais, saúde e bem-estar intelectual e espiritual. A pesquisa, a prática, a educação e a formação clínica em musicoterapia baseiam-se em padrões profissionais de acordo com os contextos culturais, sociais e políticos (WFMT, 2011).

Com o crescimento da demanda por musicoterapeutas em instituições educacionais, que estão cada vez mais presentes nesses contextos graças à afinidade natural da Musicoterapia com o ensino, especialmente na Educação Especial, é crucial integrar aspectos de saúde ao propósito educacional, com o enfrentamento dos desafios das escolas públicas no Brasil, que carecem de recursos e emergem de questões sociais e políticas. Pesquisas interdisciplinares

são necessárias para orientar soluções e políticas públicas que promovam um enfoque coletivo e integral, superando visões individualistas na educação e na terapia. A relação entre educação e terapia destaca a importância desse enfoque integrado para promover não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o bem-estar e o desenvolvimento global dos estudantes (Silva, 2011).

A escola foi inicialmente projetada para um perfil específico de estudante, e enfrenta agora uma demanda mais diversificada, que requer uma revisão mais ampla do sistema escolar, como a implementação de estratégias de ensino adaptadas a cada estudante, além da adoção da Educação Especial e Inclusiva, que implica uma transformação nos valores e nas políticas educacionais, exigindo a reestruturação do sistema para garantir equidade e a acessibilidade a todos (Silva Neto et al., 2018). Segundo Cunha e Volpi (2008), a Musicoterapia, no contexto da educação, é integrada tanto em escolas regulares quanto em instituições especiais. O musicoterapeuta que atua nesse contexto pode ter como objetivo promover o desenvolvimento das habilidades cognitivas, motoras, sociais e emocionais dos estudantes, expandindo assim suas oportunidades de aprendizado. Desse modo, o processo musicoterapêutico influencia diretamente o progresso individual do estudante, ao mesmo tempo em que contribui para os objetivos globais da escola.

Este artigo busca apresentar a relação entre a Musicoterapia, educação especial e inclusiva.

MATERIAIS E MÉTODOS

Refere-se a um estudo de scoping review, conforme o método de revisão proposto pelo Instituto Joanna Briggs (Aromataris & Munn, 2020). Esse método permite identificar os tipos de evidências existentes em um determinado campo ou identificar as principais características ou fatores relacionados a um conceito. Para construção da pergunta de pesquisa, utilizou-se a estratégia Population, Concept e Context (PCC), ou seja, pessoa, conceito e contexto, para uma scoping review. Foram definidos: P – Pessoa com Deficiência; C – Musicoterapia; C – Educação Especial e Inclusiva.

Com base nessas definições, foram estabelecidas as perguntas norteadoras: 1) Quais os objetivos da Musicoterapia, educação especial e inclusiva? 2) Quais metodologias foram observadas nesses artigos? 3) Quais as características e contextos da escola regular e especial?

Para sistematizar a busca dos materiais, foram eleitas as bases de dados indexadas: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Periódicos da Capes, Education Resources Information Center (ERIC), US National Library of Medicine (PubMed), American Psychological Association (PsycInfo), SciVerse (Scopus). A estratégia de busca completa em todas as bases estruturou-se na seguinte articulação de operadores booleanos: P: Descritores de Deficiência AND C: Musicoterapia AND C: Educação Especial/Inclusiva. O recorte exato da busca compreendeu o período de dezembro de 2023 a fevereiro de 2024. Adicionalmente, buscou-se de forma manual nos periódicos American Music Therapy Association, Nordic Journal of Music Therapy, British Journal of Music Therapy, Journal of Music Therapy, Music Therapy Perspectives, Australian Journal Canadian of Music Therapy, Voices Journal of Music Therapy, Revista InCantare e Brazilian Journal of Music Therapy. Justifica-se a inclusão desses periódicos específicos de Musicoterapia para mitigar o viés de indexação em bases generalistas, assegurando a recuperação de literatura intrínseca ao campo.

Consideraram-se os descritores ‘diversity, equity, inclusion’, ‘social inclusion’, ‘mainstreaming, education’, ‘community integration’, ‘social integration’, ‘disabled persons’, ‘child, exceptional’, ‘persons with mental disabilities’, ‘education of intellectually disabled’, ‘health services for persons with disabilities’, ‘special education’ e seus correspondentes na língua portuguesa. Também foram utilizados sinônimos, juntamente com o uso dos operadores booleanos ‘AND’ e ‘OR’.

Para os critérios de inclusão, foram considerados artigos originais e dissertações/teses estritamente relacionados à intervenção musicoterapêutica promovida por profissionais ou em setting musicoterapêutico no contexto educacional inclusivo, a partir do ano de 2010. Foram explicitamente excluídos: estudos anteriores a 2010, duplicatas em diferentes bases, e estudos focados exclusivamente no ensino de música ou estratégias pedagógico-musicais por

educadores musicais (para garantir a delimitação rigorosa do escopo clínico e disciplinar da Musicoterapia).

Foram idealizadas três fases distintas para a meta de seleção de documentos, orientadas pelo modelo de fluxograma PRISMA-ScR (Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses extension for Scoping Reviews): (1) a fase de busca, em que foram coletados os estudos nas bases indexadas; (2) a fase de seleção, que tem por objetivo filtrar os achados, considerando os critérios de inclusão e duplicidades apuradas; e (3) a fase de eleição, na qual são definidos os estudos para a composição dos quadros de análise (Tabela 1 - Fluxo de Seleção de Estudos PRISMA-ScR).

Tabela 1 - Fluxo de Triagem e Seleção de Estudos Segundo o Modelo PRISMA-ScR

Etapa PRISMA-ScR	Fluxo Detalhado de Documentos	Registros (N)
Identificação	Registros identificados nas bases de dados indexadas (BVS, CAPES, ERIC, PubMed, PsycInfo, Scopus)	48
Identificação	Registros adicionais identificados por busca manual em periódicos de Musicoterapia	6
Identificação	Total de registros identificados para triagem (soma das fontes)	54
Triagem	Registros removidos devido à duplicidade entre bases de dados	12
Triagem	Registros triados com base na leitura de título e resumo	42
Triagem	Registros excluídos após triagem inicial de título e resumo	18
Elegibilidade	Artigos em texto completo avaliados para elegibilidade	24
Elegibilidade	Artigos em texto completo excluídos de acordo com os critérios	10
Elegibilidade	• Excluído: Publicação anterior ao ano de 2010 (CE1) • Excluído: Foco exclusivo no ensino ou pedagogia musical (CE2)	3 7
Inclusão	Estudos incluídos e sintetizados na revisão de escopo final (Quadro 1)	14

Fonte: Elaborado pelas autoras com base no protocolo PRISMA-ScR (2026).

Quadro 1 - Descrição dos artigos em sequência temática: Transtorno do Espectro Autista e deficiências

TÍTULO	AUTOR E DATA	PAÍS	OBJETIVO	MÉTODO	PERFIL	RESULTADOS
1) Uma investigação preliminar de um modelo especializado de musicoterapia para crianças com deficiência ministrado em sala de aula	Mendelson et al. (2016)	Estados Unidos	Realizar uma intervenção baseada em música em sala de aula, Voices Together, para melhorar as habilidades de comunicação em crianças com TEA e com deficiência intelectual.	Investigação piloto	Transtorno do Espectro Autista	Descobertas preliminares sugerem que a Musicoterapia ministrada em sala de aula pode promover melhorias na capacidade de resposta verbal entre indivíduos com autismo.
2) "Bill agora está cantando": engajamento conjunto e o surgimento da comunicação social de três crianças pequenas com autismo	Vaiouli et al. (2015)	Estados Unidos	Examinar a eficácia de uma intervenção musical sobre as habilidades de envolvimento conjunto de três crianças identificadas com autismo.	Estudo de caso	Transtorno do Espectro Autista	Todas as crianças apresentaram melhora na atenção conjunta e nas ações de engajamento social. A intervenção é promissora para habilidades sociais.
3) Musicoterapia com crianças autistas: Um estudo de caso múltiplo	Pelayo & Sanchez (2013)	Filipinas	Determinar se existem métodos alternativos no tratamento de crianças com autismo	Estudo de caso	Transtorno do Espectro Autista	Foi possível observar efeitos gerais da Musicoterapia, desenvolvimentos na comunicação e socialização.
4) O efeito da musicoterapia na aquisição da linguagem para crianças no espectro autista de 3 a 8 anos	Miller-Jones (2017)	Estados Unidos	Determinar como a Musicoterapia afeta as habilidades de linguagem receptiva e expressiva em crianças com diagnóstico de TEA.	Estudo de caso	Transtorno do Espectro Autista	Aumento na expressão de palavras, progresso em metas de educação especial e melhorias nas habilidades sociais.
5) Musicoterapia com jovens com deficiência intelectual e de desenvolvimento profunda...	Thompson & McFerran (2015)	Austrália	Compreender o impacto da Musicoterapia nos comportamentos comunicativos de jovens com deficiência intelectual.	Estudo de caso	Paralisia cerebral, deficiência intelectual e epilepsia	Durante as sessões, os jovens mostraram comportamento mais comunicativo. A Musicoterapia promove interações motivadoras.
6) Melhoria da comunicação através da música: o caso das crianças com deficiência de desenvolvimento	Krikeli et al. (2010)	Grécia	Investigar o efeito da música na melhoria da comunicação de crianças com deficiências de desenvolvimento	Ensaio clínico randomizado	Síndrome de Down, X Frágil e TEA	A intervenção foi observada como eficaz para acalmar as crianças, contribuindo para o bem-estar.
7) Prontidão emocional e atividades musicoterapêuticas	Drossinou-Korea & Fragkouli (2016)	Grécia	Compreender a expressão de crianças com comunicação verbal e não verbal no espectro autista	Observação e auto-observação	Transtorno do Espectro Autista	As atividades voltadas para a Organização Emocional podem apoiar técnicas de comunicação.

8) Contribuições da bioética para a inclusão de meninos e meninas com necessidades educacionais especiais...	Kekutt (2015)	Argentina	Reconhecer crianças com deficiências como sujeitos integrais e refletir sobre a Musicoterapia na educação.	Observação longitudinal	Atraso mental moderado	A bioética é crucial para integrar alunos na escola comum, promovendo o desenvolvimento.
9) Perspectivas sobre a prática da musicoterapia comunitária em escolas primárias rurais do Malawi	Winter (2015)	Malawi	Coletar dados sobre estratégias e suportes para alunos com deficiências e o uso da música.	Relato de experiência	Distúrbio convulsivo, deficiência visual/auditiva	Administradores manifestaram interesse em promover habilidades musicais para apoiar os alunos.
10) Dis/Abling Musicking: Reflexões sobre uma perspectiva dos estudos sobre deficiência em musicoterapia	Metell (2014)	Noruega	Explorar o papel da perspectiva dos estudos da deficiência na Musicoterapia	Pesquisa bibliográfica	Deficiências em geral	Conclui-se que o diálogo interdisciplinar entre Musicoterapia e estudos sobre deficiência enriqueceria ambos os campos.
11) Improvisação no setting musicoterápico: uma experiência com pacientes adultos cegos	Toffolo (2010)	Brasil	Descrever o trabalho de improvisação musical com pacientes cegos na instituição APAE.	Estudo de caso	Deficientes visuais	Os pacientes demonstraram melhoria na autoestima e autoconfiança pessoal.
12) A música e a musicoterapia na escola: sons e melodias que permeiam o processo de inclusão...	Cunha & Dias (2010)	Brasil	Contribuir para a análise dos processos da prática musicoterápica nas escolas de Ensino Fundamental.	Estudo fenomenológico	TDAH, THDI, TDA e Síndrome de Down	A música possibilitou formas abertas e alternativas de expressão sonora, afetiva e cognitiva.
13) Musicoterapia e a Educação Inclusiva	Gimenez et al. (2011)	Brasil	Contextualizar a legislação brasileira sobre educação especial e o papel da Musicoterapia.	Pesquisa bibliográfica	Deficiências em geral	Mudanças de paradigmas visam construir uma sociedade igualitária e de celebração da diversidade.
14) Musicoterapia na escola: desafios e perspectivas para a construção de espaços inclusivos	Silva & Ansay (2017)	Brasil	Pesquisar aspectos sonoro-musicais e atitudinais da interação social entre os estudantes.	Pesquisa de campo	Atraso intelectual e paralisia cerebral	Os encontros oportunizaram um espaço de interação, promovendo desenvolvimento individual e práticas inclusivas.

Fonte: As autoras, 2025.

A divisão dos materiais para análise seguiu os critérios do estudo: artigos com interesse específico na Musicoterapia, educação especial e Inclusiva a partir de 2010. Após o processo de seleção rigoroso, 14 estudos foram escolhidos para análise. Deste escopo, 13 artigos caracterizam-se como estudos qualitativos (93%) e 1 como quantitativo (7%). Desses 14 artigos, 5 eram específicos sobre Musicoterapia e TEA (36%), e 9 abordavam Musicoterapia e outras deficiências,

como paralisia cerebral, deficiência intelectual, Síndrome de Down, Síndrome do X Frágil, atraso mental moderado, distúrbio convulsivo, deficiência visual, auditiva e transtornos de aprendizagem (64%).

A respeito dos delineamentos, identificaram-se estudos de caso em 4 dos 14 artigos (29%); e pesquisas bibliográficas em 2 dos 14 (14%). Os demais métodos (investigação-piloto, pesquisa de campo, estudo fenomenológico, ensaio clínico randomizado, relato de experiência e observação longitudinal) apresentaram a frequência de 1 artigo cada (7% por categoria). Quatro dos artigos são do Brasil, três dos Estados Unidos, dois da Grécia, um do Malawi, um das Filipinas, um da República Argentina, um da Austrália e um da Noruega.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa analisou 14 artigos que foram categorizados para viabilizar a análise temática, permitindo a compreensão de padrões, convergências e lacunas na intersecção da Musicoterapia com a Educação Inclusiva.

Musicoterapia, Comunicação e Aquisição de Linguagem no TEA e Outras Deficiências

Os estudos com interesse específico em Musicoterapia com crianças autistas e diferentes deficiências indicam intervenções focadas no aprimoramento das habilidades comunicativas e linguísticas. Nesse sentido, destaca-se o artigo *Bill Está Cantando Agora* (Artigo 2), de Vaiouli et al. (2015), e *Musicoterapia com Crianças Autistas: Um Estudo de Caso Múltiplo* (Artigo 3), de Pelayo e Sánchez (2013). Ambos os trabalhos sugerem que o uso da improvisação musical focado na linguagem expressiva tende a apoiar a interação social dessas crianças.

O artigo *O Efeito da Musicoterapia na Aquisição da Linguagem para Crianças no Espectro Autista de 3 a 8 Anos* (Artigo 4) pontua que os desafios na linguagem receptiva e expressiva, característicos do TEA, impactam o desenvolvimento socioemocional. Os resultados do estudo sugerem a intervenção musicoterapêutica como uma via para estimular a expressão verbal e gestual. Na Grécia, Drossinou-Korea e Fragkouli (2016) (Artigo 7) observaram

que as intervenções personalizadas apontaram indícios de melhora na organização emocional e comunicação de três estudantes com TEA. Somado a isso, o estudo preliminar conduzido nos EUA pelo programa Voices Together (Artigo 1) indicou possíveis melhorias na capacidade de resposta verbal mediante sessões de musicoterapia integradas à sala de aula. O artigo Melhoria da Comunicação Através da Música (Artigo 6) revelou que a intervenção contribuiu para a regulação fisiológica e psíquica, sugerindo o potencial da musicoterapia para acalmar crianças com deficiências de desenvolvimento.

Engajamento Social, Interação e Afetividade no Ambiente Escolar

Outro eixo da literatura investiga a Musicoterapia na promoção de vínculos e interações para jovens com deficiência intelectual e de desenvolvimento. O trabalho de Thompson e McFerran (2015) (Artigo 5) aponta que a Musicoterapia pode proporcionar condições motivadoras e afetivas para interações sociais, o que justificaria sua integração aos espaços de Educação Especial. No Brasil, o estudo fenomenológico (Artigo 12) investigou o impacto da Musicoterapia em crianças com condições como TDAH, Síndrome de Down e Paralisia Cerebral. Os achados indicam que a prática facilitou manifestações cognitivas e afetivas alternativas, ampliando as vias de comunicação social na escola. Em contexto institucional similar, o artigo Improvisação no Setting Musicoterápico: uma Experiência com Pacientes Adultos Cegos (Artigo 11) evidenciou indícios de melhora na autoestima e autoconfiança pessoal por meio do fazer musical colaborativo.

Dimensões Bioéticas, Legislação Educacional e Acessibilidade Atitudinal

Aspectos éticos e estruturais da inclusão são discutidos no ensaio sobre as Contribuições da Bioética (Artigo 8) e no artigo Musicoterapia na Escola: Desafios e Perspectivas para a Construção de Espaços Inclusivos (Artigo 14). Esses estudos posicionam a Musicoterapia como uma potencial ferramenta de promoção da equidade no ambiente escolar, destacando o papel das barreiras atitudinais. O artigo Musicoterapia e a Educação Inclusiva (Artigo 13) amplia essa discussão ao relacionar a atuação do musicoterapeuta diretamente aos

princípios da legislação educacional brasileira, indicando que a quebra de paradigmas segregacionistas encontra suporte na práxis musicoterapêutica.

Atuação Interdisciplinar e Formação Profissional na Educação Especial e Inclusiva

Por fim, a formação e a atuação interdisciplinar são tematizadas no relato realizado no Malawi (Artigo 9), o qual coleta dados sobre o interesse de educadores rurais no suporte musicoterapêutico para alunos com deficiências. Paralelamente, Metell (2014) (Artigo 10) argumenta sobre o papel imprescindível dos Estudos da Deficiência (Disability Studies) no interior da Musicoterapia. A análise sugere que o diálogo interdisciplinar é vital para afastar a área de visões puramente biomédicas e aproximá-la do modelo social da deficiência.

Musicoterapia, Educação Especial e Inclusiva

Para além dos resultados extraídos dos estudos analisados, é essencial consolidar a fundamentação teórica que ampara a integração estrutural da Musicoterapia na Educação. Em 2016, o Governo Federal sancionou a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146), visando potencializar o desenvolvimento das pessoas com deficiência. Contudo, a inclusão escolar exige transformações que vão muito além do acesso físico, esbarrando em resistências institucionais que frequentemente refletem lógicas históricas de exclusão. A revisão crítica desse modelo segregador requer a operacionalização dos diversos tipos de acessibilidade (arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal), conforme postula Sassaki (2009). Nesse escopo, as equipes multiprofissionais, citadas por Matos e Mendes (2015), são fundamentais para a mediação entre escola, família e sociedade.

É nesse contexto desafiador que a Musicoterapia se insere como especialidade de apoio. O musicoterapeuta na educação especial atua no desenvolvimento global, revelando potencialidades (Nascimento, 2006). A prática musicoterapêutica, particularmente na improvisação, aborda habilidades de regulação emocional e autodefesa, permitindo que os estudantes expressem desejos e compartilhem engajamento de forma autêntica (Geretsegger et al.,

2015). A introdução da Musicoterapia favorece um ambiente educacional holístico, subsidiando a integração dos sujeitos no pleno exercício de seus direitos.

A articulação entre Musicoterapia e Educação Inclusiva exige uma práxis que supere a mera adaptação do estudante com deficiência ao sistema escolar vigente, problematizando as estruturas historicamente excludentes. Sob uma ótica crítica e emancipatória, a intervenção musicoterapêutica não deve atuar no silenciamento das diferenças ou na normalização dos corpos, mas na escuta ativa das vozes marginalizadas. A música, nesse contexto, torna-se uma linguagem mediadora de conscientização, promovendo a dialogicidade no ambiente escolar e permitindo que o sujeito atue ativamente em sua aprendizagem (Freire, 1996).

Nesse sentido, o fazer musical terapêutico rompe com lógicas assistencialistas ao potencializar a autonomia e a participação do estudante. Ao invés de o indivíduo ser visto apenas sob a lente de seu déficit ou laudo clínico, ele passa a ser reconhecido como sujeito de sua própria história sonora e social. Essa perspectiva crítica consolida o papel do musicoterapeuta não apenas como um reabilitador, mas como um agente de transformação educacional que colabora para a desconstrução de barreiras atitudinais e para a materialização de uma escola efetivamente democrática (Freire, 1996).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão de escopo elucida os objetivos e os contextos da pesquisa em Musicoterapia voltada à Educação Especial e Inclusiva. A literatura analisada indica que as intervenções objetivam predominantemente amparar as habilidades comunicativas, sociais, linguísticas e expressivas (verbais e não verbais) de pessoas autistas e de indivíduos com variadas deficiências. As evidências sugerem que o diálogo interdisciplinar enriquece as práticas inclusivas, com indícios de benefícios no engajamento social, na organização emocional, na autoestima e na participação escolar.

O estudo alcançou sua meta de demonstrar que o panorama investigativo não se restringe ao Transtorno do Espectro Autista. De fato, observou-se que os

estudos específicos sobre TEA consistiram em 36% da amostra, em comparação com os estudos sobre as demais deficiências, que representaram 64%. Contudo, constatou-se uma assimetria metodológica significativa: o predomínio massivo de estudos qualitativos (93%), sendo os estudos de caso a abordagem mais frequente (29%). Esta identificação revela uma importante lacuna na produção científica da área. Em vista disso, torna-se relevante a realização de investigações que incorporem desenhos quantitativos e mistos, ampliando a diversidade metodológica e a robustez das evidências no contexto da Educação Especial. O recorte temporal adotado, restrito às buscas finalizadas em fevereiro de 2024, sugere também a necessidade de atualizações contínuas em futuras revisões.

Por fim, ressalta-se a importância das políticas educacionais brasileiras na reestruturação atitudinal e pedagógica do ambiente escolar. A Musicoterapia atua como uma aliada estratégica nesse processo de mudança estrutural, não apenas oferecendo suportes clínicos, mas consolidando o reconhecimento do estudante com deficiência como sujeito ativo e de direitos dentro do espaço escolar inclusivo.

REFERÊNCIAS

- Aromataris, E., & Munn, Z. (2020). *JBIR reviewer's manual*. Joanna Briggs Institute. <https://doi.org/10.46658/JBIRM-19-01>
- Baptista, C. R. (2019). Public policy, special education and schooling in Brazil. *Educação e Pesquisa*, 45, e217423.
- Berio, L., Dalmonte, R., & Varga, B. A. (1985). Two interviews. In D. Osmond-Smith (Ed.), *Luciano Berio: Two interviews* (p. 19). Marion Boyars.
- Brasil. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. (2023). *Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, indica pesquisa divulgada pelo IBGE e MDHC*. Brasília: Governo Federal. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc>
- Brasil. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União.

- Brasil. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
- Bruscia, K. (2016). *Definindo a musicoterapia* (M. Leopoldino, Trans.). Barcelona Publishers.
- Cunha, R., & Dias, M. (2010). A música e a musicoterapia na escola: Sons e melodias que permeiam o processo de inclusão em uma escola de ensino fundamental na cidade de Curitiba. *Brazilian Journal of Music Therapy*, 10, 1–12.
<https://musicoterapia.revistademusicoterapia.mus.br/index.php/rbmt/article/view/290>
- Cunha, R., & Volpi, S. (2008). A prática da musicoterapia em diferentes áreas de atuação. *Revista Científica/FAP*, 3(1), 85–97.
<https://doi.org/10.33871/19805071.2008.3.1.1627>
- Drossinou-Korea, M., & Fragkouli, A. (2016). Emotional readiness and music therapeutic activities. *Journal of Research in Special Educational Needs*, 440–444. <https://doi.org/10.1111/1471-3802.12305>
- Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. Paz e Terra.
- Geretsegger, M., Elefant, C., Mössler, K. A., & Gold, C. (2015). Common characteristics of improvisational approaches in music therapy for children with autism spectrum disorder: Developing treatment guidelines. *Journal of Music Therapy*, 52(2), 258–281. <https://doi.org/10.1093/jmt/thv005>
- Gimenez, M., Gonçalves, P., & Amorim, S. (2011). Musicoterapia e a educação inclusiva. *Brazilian Journal of Music Therapy*, 11, 144–162.
<https://musicoterapia.revistademusicoterapia.mus.br/index.php/rbmt/article/view/279>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2022). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua (PNAD)*.
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>
- Kekutt, C. (2015). *Aportes desde la bioética para la inclusión de niños y niñas con necesidades educativas especiales en la escuela común a través de la musicoterapia* (Dissertação de mestrado). Universidad Nacional de Córdoba. https://lildbi.fcm.unc.edu.ar/lildbi/tesis/kekutt_cecilia.pdf
- Krikeli, V., Michailidis, A., & Klavdianou, N.-D. (2010). Communication improvement through music: The case of children with developmental disabilities. *International Journal of Special Education*, 25(1), 1–9.
<https://eric.ed.gov/?id=EJ890560>

- Matos, S. N., & Mendes, E. G. (2015). Demandas de professores decorrentes da inclusão escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 21(1), 9–22. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382115000100002>
- Metell, M. (2014). Dis/abling musicking: Reflections on a disability studies perspective in music therapy. *Voices: A World Forum for Music Therapy*, 14(3). <https://doi.org/10.15845/voices.v14i3.786>
- Miller-Jones, A. M. (2017). *The effect of music therapy upon language acquisition for children on the autism spectrum aged 3–8 years* (Doctoral dissertation). Northwest Nazarene University. <https://eric.ed.gov/?id=ED577802>
- Pelayo, J. M. G., & Sanchez, C. S. (2013). *Music therapy with autistic children: A multiple case study*. System Plus College Foundation. <https://eric.ed.gov/?id=ED544079>
- Reyhner, J., & Eder, J. (2017). *American Indian education: A history*. University of Oklahoma Press.
- Sassaki, R. K. (2009). Inclusão: Acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, 10–16.
- Silva, L. C. L. da. (2011). A musicoterapia num contexto educacional: Perspectivas de atuação. *Brazilian Journal of Music Therapy*, 11, 117–143. <https://musicoterapia.revistademusicoterapia.mus.br/index.php/rbmt/article/view/278>
- Silva, L. F. da, & Ansay, N. N. (2017). Musicoterapia na escola: Desafios e perspectivas para a construção de espaços inclusivos. *Brazilian Journal of Music Therapy* (Special issue). <https://musicoterapia.revistademusicoterapia.mus.br/index.php/rbmt/article/view/175>
- Silva Neto, A. O., Claudino, A. P., & Jesus, D. M. (2018). Educação inclusiva: Uma escola para todos. *Revista Educação Especial*, 31(60), 81–92. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313154906008>
- Thompson, G. A., & McFerran, K. S. (2015). Music therapy with young people who have profound intellectual and developmental disability: Four case studies exploring communication and engagement within musical interactions. *Journal of Intellectual and Developmental Disability*, 40(1), 1–11. <https://doi.org/10.3109/13668250.2014.965668>
- Toffolo, M. R. (2010). Improvisação no setting musicoterápico: Uma experiência com pacientes adultos cegos. *Brazilian Journal of Music Therapy*, 10, 1–12. <https://musicoterapia.revistademusicoterapia.mus.br/index.php/rbmt/article/view/288>

- Vaiouli, P., Grimmet, K., & Ruich, L. J. (2015). "Bill is now singing": Joint engagement and the emergence of social communication of three young children with autism. *Autism*, 19(1), 73-83. <https://doi.org/10.1177/1362361313511709>
- Winter, P. (2015). Perspectives on the practice of community music therapy in rural primary schools of Malawi. *Nordic Journal of Music Therapy*, 24(3), 276–287. <https://doi.org/10.1080/08098131.2014.964752>
- World Federation of Music Therapy. (2011). *Announcing WFMT's new definition of music therapy*. <https://www.wfmt.info/post/announcing-wfmts-new-definition-of-music-therapy>
- Zaguini, F. F. (2021). *As relações entre a musicoterapia e a educação: Desafios da contemporaneidade* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Paraná. <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/72821>
- Zaguini, F., & Stoltz, T. (2024). Revisão de escopo sobre as intercorrências da musicoterapia no campo da educação. *Educação & Sociedade*, 45, e133214. <https://doi.org/10.1590/2175-6236133214vs01>

Recebido: 12/05/2026

Aprovado: 19/08/2026